

## O IDEÁRIO DE EDUCAÇÃO POPULAR ATRAVÉS DAS AULAS NOTURNAS NAS PROVÍNCIAS DE ALAGOAS E PARAHYBA DO NORTE

Suênya do Nascimento Costa <sup>1</sup>

### RESUMO

Este artigo analisa a educação popular através das aulas públicas noturnas na Província da Parahyba do Norte e na Província de Alagoas na segunda metade do século XIX, período imperial brasileiro. Fazendo um entrelaçamento teórico metodológico da História da Educação e da História Política debruçando-se sobre os elementos que envolvem a educação que era destinada para as camadas pobres da sociedade, concluiu-se que o papel da educação popular nesse processo de consolidação do Estado Nação era entendido como mecanismo de normatização e bom funcionamento da sociedade atuando sob a perspectiva de formação e de moralização dos homens pobres, trabalhadores, crianças desvalidas e os ingênuos após a lei do ventre livre. Assim, considerando as aulas noturnas um *locus* de controle social estabelecido por meio da educação voltada para o trabalho e pela necessidade de ‘civilização’ e ‘regeneração’ do povo através da difusão dos valores morais.

**Palavras-chave:** aulas noturnas, educação popular, história da educação, século XIX.

### INTRODUÇÃO

Pretende-se analisar nesse artigo a educação popular através das aulas públicas primárias realizadas no âmbito das aulas noturnas na Província da Parahyba do Norte e na Província de Alagoas no período imperial brasileiro buscando apreender em quais condições os sujeitos desfavorecidos pela condição social, parte significativa da população dessas províncias no século XIX, tiveram acesso ao universo das letras por meio de uma educação oferecida pelo Estado provincial.

Nesse sentido, busca-se demonstrar, através dos documentos do período, em como a educação voltada para a população pobre, tinha a finalidade de prevenir males futuros e esteve profundamente associada à formação profissional e moral como ferramenta para moldar e controlar o povo.

Desdobramentos derivados de pesquisas nas últimas décadas a respeito do processo de escolarização e em como o século XIX tem sido objeto de estudo dentro da historiografia da

---

<sup>1</sup> Doutoranda e mestra em Educação pela Universidade Federal da Paraíba- UFPB, [suenyacosta@outlook.com](mailto:suenyacosta@outlook.com).

educação brasileira, justificam o presente artigo.<sup>2</sup> Segundo Veiga (2008), a história da educação está sendo entendida como campo de investigações que dá visibilidade a diferentes objetos como a escola, o professor, os alunos, os materiais escolares, entre outros, uma vez que é necessária a atenção aos procedimentos metodológicos e referenciais teóricos que produzem tais objetos como sendo pertencentes à história cultural, política, econômica e social. (VEIGA, 2008).

Considera-se a importância dessa temática ao sugerir que as pesquisas em História da Educação devem servir para buscar revelar como os indivíduos e/ou grupos, numa determinada época, projetaram e experimentaram os processos educativos, como eles conseguiram - ou não - resolver os dilemas de suas épocas e quais argumentos utilizavam para justificar suas ideias e ações.

A educação que era destinada para as camadas pobres da sociedade constituiu-se em uma preocupação das elites após a emancipação política do Brasil. Nesse caso, o papel da educação nesse processo de consolidação do Estado era entendido como mecanismo de normatização e bom funcionamento da sociedade atuando sob a perspectiva de formação e de moralização dos homens pobres desvalidos. (BEZERRA; FERREIRA; KULESZA, 2008).

Assim, considerando a importância dada a instrução como uma forma de difundir as letras e a cultura, ao apresentar a população pobre como parte significativa do contingente populacional, busca-se indicar ser essa população a que ocuparia as aulas noturnas na Província da Parahyba do Norte e das Alagoas a partir das ideias defendidas pela elite intelectual e política que indicavam os debates acerca da instrução primária nas referidas províncias.

## **METODOLOGIA**

A partir da ideia de se pensar o lugar do político e da política no momento de desenvolvimento da escolarização, em específico, no século XIX, Veiga (2008) atenta para o fato de que a escola é um problema também do campo político. Isso faz com que seja possível

---

<sup>2</sup> Este texto é um desdobramento de pesquisas realizadas pela autora ao longo de sua experiência acadêmica e em grupos de pesquisa tais como o Histedbr GT Paraíba e o Gheno – Grupo de Pesquisa História da educação no Nordeste Oitocentista, ambos vinculados ao diretório do CNPq; Este artigo também é derivado da dissertação de mestrado intitulada ‘As ideias educacionais e políticas de Silvino Elvídio Carneiro da Cunha na província da Parahyba do Norte (1874 - 1876)’, defendida em 2017 no Programa de Pós Graduação em Educação, linha de pesquisa História da Educação, na Universidade Federal da Paraíba e que contou com financiamento da Capes.

um entrelaçamento da História da Educação e da História Política debruçando-se sobre os elementos que envolvem as estruturas do Estado.

A metodologia de análise proposta pela nova história política permite-nos perceber nos documentos informações que não se limitam ao fator econômico, ou seja, ela perpassa dentro de uma dinâmica global que envolve também a realidade social. E, sendo ela um campo mutável através do tempo e do espaço, pode expandir-se ou contrair-se, incorporar ou eliminar temas, sem cair no erro de privilegiar e também sem banalizar os acontecimentos políticos ou culturais, bem como traz a compreensão dos intelectuais enquanto agentes sociais que intervêm no processo histórico de sua época. (COSTA, 2017).

Ou seja, analisar as interações sociais desses sujeitos à uma sociedade proveniente do capital mundial, considerando aqui a escravidão e suas implicações sociais e culturais, que formou as elites da época. Assim, a análise para ser coerente com a teoria proposta revisitou documentos há muito analisados com a intenção de construir esta narrativa considerando não apenas os discursos e relatórios do presidente da Província da Parahyba do Norte e da província das Alagoas, Silvino Elvidio Carneiro da Cunha<sup>3</sup>, e dos relatórios de diretores da instrução pública como significativos de falas oficiais que defendiam a instrução primária como medida de civilização de uma parcela de pessoas.

Mas, também, procura-se, aqui, perceber essas medidas considerando as aulas noturnas enquanto *locus* cujo controle social era estabelecido por meio da educação voltada para o trabalho e pela necessidade de ‘civilização’ e ‘regeneração’ do povo através da difusão dos valores morais.

As fontes utilizadas para construção da narrativa foram o conjunto de leis e regulamentos da instrução pública, os relatórios dos presidentes da Província sobre a instrução pública primária, bem como a bibliografia disponível referente à história da educação. Para melhor organização, este texto encontra-se dividido, para além da introdução, em duas sessões: no primeiro momento é apresentada a organização social das Províncias no período estudado. Em seguida, discute-se a organização da instrução pública primária considerando o

---

<sup>3</sup> Silvino Elvídio Carneiro da Cunha (1831 – 1892) presidiu as províncias da Parahyba do Norte, do Rio Grande do Norte (1870-1871), das Alagoas (1873) e do Maranhão (1873). Posteriormente conhecido como o Barão de Abiahy - título honorífico que lhe foi concedido ao final do Império. Para maior conhecimento biográfico, assim como da atuação política e educacional desse sujeito, ver dissertação de mestrado: *As ideias educacionais e políticas de Silvino Elvídio Carneiro da Cunha na província da Parahyba do Norte (1874 - 1876)* – defendida pela autora, Suenya do Nascimento Costa, no Programa de Pós Graduação em Educação - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

ideal pensado e difundido pelos intelectuais e gestores da época e a escolarização destinada aos pobres e filhos de escravizados através das aulas noturnas oferecidas nas Províncias.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

### O império e as províncias do Brasil no século XIX

O período de emancipação política no Brasil, instaurada com a Independência em 1822, foi resultado de diversos segmentos da sociedade na busca de uma nova organização político-administrativa que melhor pudesse promover a construção de um novo estado. Havia, no entanto, um elo, um consenso, entre os segmentos políticos e econômicos do Brasil naquele momento e que se estendeu por todo período imperial que era o desejo de proteger os elementos que constituíam uma economia baseada na agricultura de exportação, tanto para mercados regionais internos como internacionais. A base dessa exportação fundamentava-se na escravidão que servia os modos de produção e viabilizava a circulação dessa produção. (GOUVÊA, 2008).

Na segunda metade do século XIX, ocorreu na sociedade brasileira algumas transformações de âmbito social, educacional e político. Essas transformações, sobretudo a partir da década de 1870, traziam consigo uma nova reorganização política vislumbrando a República, enfim, novas questões, embates políticos e ideológicos que culminaram com a inserção do país na cena moderna junto com a ascensão progressiva dos liberais no cenário político.

As disputas políticas nesse período foram marcadas por dois grupos que buscavam organizar os serviços públicos de acordo com os seus ideais. Os partidos Conservador e Liberal estiveram presentes na busca pelo poder nas Províncias durante todo o período estudado. As filiações partidárias faz-se compreender os posicionamentos de determinados sujeitos e a elucidar questões em relação a temas centrais da formação do Estado como a instrução e escolarização. Dessa forma, considera-se que

[...] liberais e conservadores e a disputa entre eles pelo controle e direção dos rumos políticos marcaram a história do Império, em especial os anos após a independência até as duas primeiras décadas da segunda metade do século dezenove. A unidade nacional, a propriedade, a escravidão e a ordem social foram defendidas por esses dois grupos para essa consolidação. (ANANIAS, 2010, p.38).

Percebe-se que a segunda metade do século XIX apresentava sintomas de crise em diversos aspectos: a seca, graves epidemias tais como a febre amarela, sarampo e cólera-morbo, varíola, declínio da produção açucareira, a transição do trabalho escravo para o livre,

entre outras situações que “[...] compunham um panorama considerado de crise e não de prosperidade, conforme se anunciara num quadro geral da situação do País.” (ANANIAS; SILVA, 2011, p.122).

A produção econômica das províncias do norte a partir da segunda metade do Oitocentos “[...] caminhava para transformações nas suas formas de produção, foi um período de reativação da produção açucareira e da montagem de uma inicial indústria têxtil, embora convivendo com flutuações econômicas e períodos de estagnação”. (MARIANO. S, 2015, p. 179).

Essa conjuntura suscitou discussões a favor de um ideal de progresso e de modernidade, servindo de paradigma para que as elites políticas e intelectuais fundamentassem seus pensamentos dando respaldo às suas ideias e projetos de Nação. As divergências de ideais fizeram parte da busca pelo poder conformando as tentativas de organização da escolarização numa sociedade escravocrata que tentava se afirmar como Nação.

No recorte temporal aqui proposto, o contexto era caracterizado por uma sociedade de base patriarcal e escravocrata, assim como pelas disputas políticas entre as lideranças locais. Além disso, destaca-se que nesse cenário, “foi difundida a crença na instrução pública como força propulsora para a construção de uma sociedade civilizada, inserida nos moldes da modernidade”. (ARAÚJO, 2014, p. 175).

Este período também foi marcado pelo fim do tráfico escravo no ano de 1850 que contribuiu com a diminuição do número de cativos nas Províncias, estimulando o uso da mão de obra do homem livre e pobre. Em todo Império brasileiro a população escravizada dava lugar à população livre e pobre desde o final do século XVIII, como afirmou Ariane Sá (2005), ao considerar que na província paraibana,

[...] os homens livres pobres somavam quase a metade da população brasileira estimada em 3 milhões de habitantes no final do século XVIII. De várias origens sociais e matizes, eram negros libertos, brancos, índios e os miscigenados mulatos, cafuzos e mamelucos. (SÁ, 2005, p. 57).

Esse movimento se estendeu por todo o século XIX e, de acordo com a autora, o declínio da escravidão reforçou a utilização do homem livre pobre em todos os setores da economia, pois, “[...]como em todo o Norte, o morador-agregado foi a relação de trabalho mais utilizada, acompanhada pelo assalariamento e pela ampliação do sistema de parceria. (SÁ, 2005, p. 77).



Um número cada vez maior de homens livres e pobres circulava nas Províncias e o intuito era transformá-los em trabalhadores disciplinados. O decréscimo da população escravizada dava lugar a uma mão de obra livre e pobre. De acordo com Rocha

[...] os indivíduos livres pobres devem ter sido fundamentais para o desenvolvimento dessas atividades agrícolas e de funções não-agrícolas da província, visto que eles, ao longo do Oitocentos, passaram a compor a maior parte da população, enquanto o número de escravos diminuía a cada década rumo ao fim da escravidão. (ROCHA, 2009, p.113).

No censo realizado em 1872, em todo império brasileiro, indicou uma quantidade significativa de trabalhadores cujas profissões eram tipicamente urbanas e outras, ainda, associadas as atividades camponesas. Estas pessoas, aqui denominadas pobres, ocupavam ofícios na sociedade como pescadores, criados, jornaleiros, manufatureiros, fabricantes, comerciantes, guarda-livros, caixeiros, costureiras, lavradores, agricultores contestando, muitas vezes, os relatos dos presidentes de Províncias que associavam a pobreza à vagabundagem e à ociosidade.

Para a elite intelectual da época, a educação seria o melhor meio para civilizar as crianças e jovens que se encontravam em estado de pobreza, portanto, a ideia de educação deveria estar acoplada na pretensão de transformar crianças desvalidas e adultos pobres sem instrução em cidadãos civilizados, úteis ao Estado.

Como veremos a seguir, nos relatórios de presidentes de província podemos verificar a preocupação por uma instrução elementar, muitas vezes denominada de educação popular, em que as aulas noturnas passaram a simbolizar investimentos numa educação sintonizada no ensino pragmático, capaz de formar sujeitos úteis para aquele projeto no qual se pretendia.

### **Educação popular e aulas noturnas e instrução para os ingênuos**

Uma das alternativas encontradas para prover à instrução popular a essa camada da sociedade diz respeito às aulas noturnas. Há indícios na documentação pesquisada de que a criação das escolas noturnas foi uma realidade percebida na Província da Parahyba a partir da década de 1870.

E, de acordo com as fontes oficiais, existia na capital da Província paraibana uma aula noturna que atendia os meninos pobres juntamente com adultos trabalhadores e que foi considerada como útil e civilizadora, mais uma vez remetendo à instrução a ideia de civilização.

Entendo também ser de grande vantagem o estabelecimento de escolas nocturnas nas cidades de Mamanguape, Areia, Campina-Grande, Pombal e Souza. **O eloquente exemplo que nos oferece a desta capital, onde pais de família, artistas, empregados públicos, jornaleiros, etc, em grande numero e de envolta com meninos pobres, procuram instruir-se, nos deve incitar no desenvolvimento de tão útil e civilisadora instituição.** E se não nós é permitido estendel-a por toda a província, ao menos dotemos com ella os centros mais populosos do interior. Estou convencido mesmo de que para algumas localidades deveriam as aulas nocturnas ser preferidas ás diárias. Suscito porem, apenas a idéia, sujeitando-a á melhor estudo. (PARAHYBA DO NORTE, Província. Falla..., 1871, p. 16, grifos meus)<sup>4</sup>.

Um dos grandes intérpretes da história da educação e hoje fonte inevitável, José Baptista de Mello evidencia o seu entusiasmo a respeito do ensino noturno para uma determinada parcela da população. Na obra o autor descreve que no governo de Carneiro da Cunha “foram instalados os primeiros cursos noturnos destinados à instrução de adultos.” (MELLO,1956 [1936], p.52). Afirma, ainda, o historiador:

O princípio da igualdade da lei que a Constituição outorgou, a necessidade da difusão do ensino por todas as classes da sociedade provam exuberantemente, a instituição do ensino noturno, quando grande parte da população não pode, por circunstâncias peculiares, gozar do ensino diurno, como os operários, artistas que de dia empregam-se no trabalho donde tiram a sua subsistência. (MELLO,1956 [1936], p. 58).

Nos relatórios presidenciais pesquisados, é possível corroborar com esta afirmação de Mello, visto que o presidente Carneiro da Cunha confirma a criação dessas escolas noturnas na capital e outras pelo interior da província, como podemos perceber no relatório de 7 de agosto de 1874:

Por acto de 24 de fevereiro deste anno criei nesta capital 6 cadeiras, sendo 4 do sexo masculino, e 2 do feminino. D’aquellas, **2 d’aula nocturna**, que foram inauguradas com toda solenidade no dia 3 de maio ultimo[...] além destas há ainda as **aulas nocturnas** do sexo masculino das cidades de Campina Grande e Mamanguape, e povoação da Bahia da Traição, as quaes são frequentadas por 76 alumnos. (PARAHYBA DO NORTE, Província da, Relatório, 1874, p.29. Grifos meus)

Dessa forma, várias aulas noturnas foram criadas com intuito de promover os rudimentos da leitura, escrita e aritmética básica das quatro operações para as camadas mais amplas da sociedade. Assim, vimos que

A educação popular no Império se constituiu uma preocupação cujas iniciativas foram geradas a partir das elites que após a emancipação política do Brasil houve uma preocupação com a formação do Estado Nação com

---

<sup>4</sup> Adotar-se-á a grafia da época nas citações.

destaque para o papel da educação nesse processo, como mecanismo do estabelecimento da normatização e bom funcionamento da sociedade. (COSTA, 2007, p. 40).

A documentação nos apresenta de maneira quantificada o número de cadeiras criadas e de aulas noturnas assim como a frequência de alunos nessas aulas da província da Parahyba do Norte.

Em virtude de leis provinciaes, votadas em vossa ultima sessão, foram criadas 8 cadeiras do sexo masculino nas povoações de Jericó, Moreno, S. José de Misericordia, Pombas, S, Thomé, Caraúbas, Bodocongó e Riachão do Bacamarte e 4 do sexo feminino nas povoações de Santa Rita, Araruna, Araçagy e Alagoa do Monteiro, ao todo 12 cadeiras. D'ahi vereis que durante a minha administração forão criadas mais 20 aulas d'instrucção primária, sendo 14 do sexo masculino, e 6 do feminino, elevando-se o numero das cadeiras actualmente a 130, á saber 93 do sexo masculino, e 37 do feminino.[...]A frequencia de todas as cadeiras é de 3303 alumnos, sendo 2363 do sexo masculino, **inclusive os das aulas nocturnas**, e 940 do sexo feminino. (PARAHYBA DO NORTE, Província da, Relatório, 1874, p. 29. Grifos meus).

A documentação nos apresenta de maneira quantificada o número de cadeiras criadas e de aulas noturnas assim como a frequência de alunos nessas aulas da província da Parahyba do Norte.

Em virtude de leis provinciaes, votadas em vossa ultima sessão, foram criadas 8 cadeiras do sexo masculino nas povoações de Jericó, Moreno, S. José de Misericordia, Pombas, S, Thomé, Caraúbas, Bodocongó e Riachão do Bacamarte e 4 do sexo feminino nas povoações de Santa Rita, Araruna, Araçagy e Alagoa do Monteiro, ao todo 12 cadeiras. D'ahi vereis que durante a minha administração forão criadas mais 20 aulas d'instrucção primária, sendo 14 do sexo masculino, e 6 do feminino, elevando-se o numero das cadeiras actualmente a 130, á saber 93 do sexo masculino, e 37 do feminino.[...] A frequencia de todas as cadeiras é de 3303 alumnos, sendo 2363 do sexo masculino, **inclusive os das aulas nocturnas**, e 940 do sexo feminino. (PARAHYBA DO NORTE, Província da, Relatório, 1874, p. 29. Grifo meu).

O regulamento nº 30 de 7 de Dezembro de 1883, em seu artigo 14, mencionou a criação de escolas noturnas pelo presidente de província sempre que este achar conveniente. Segue o trecho do documento:

Art. 14º Poderá o prezidente da província, quando julgar conveniente, crear no termo da capital e em outras quasquer da provincia, escolas nocturnas.  
§ Unico- Estas escolas serão regidas, mediante uma gratificação razoavel, por algum dos professores públicos da localidade designado pelo prezidente da Provincia sob indicação da directoria geral da instrucção pública. (LEIS E REGULAMENTOS..., 1883 [2004], paginação irregular).



Diante do exposto, percebemos as escolas noturnas como uma alternativa para escolarização da população pobre na Província paraibana defendida e institucionalizada a partir da década de 1870 e que se estendeu nos anos seguintes com a promulgação da lei acima citada, em 1883.

Desse modo, a educação popular nos moldes dos ideais liberais de educação do Brasil Império consistia, segundo Paiva (1973, p.46) “uma educação destinada às chamadas camadas populares da sociedade: a instrução elementar, quando possível, e o ensino técnico profissional tradicionalmente considerado, entre nós, como ensino para desvalidos”.

Para a autora, a educação popular expandiu-se a partir da década de 1870, período em que começaram a aumentar as preocupações com a instrução elementar, desempenhando um papel nas lutas políticas que antecedem a proclamação da República.

Importante ressaltar que a educação popular no Brasil se deu de forma muito desigual. Algumas regiões tinham condições mais adequadas de se promover uma educação popular satisfatória. Isso foi atribuído ao deslocamento do eixo econômico para o sul do país, após o declínio da produção na agricultura da parte norte do Brasil. Com o fim do tráfico negreiro, a produção substituída pelo café passou a desempenhar um papel importante na economia que deslocou-se para o centro-sul do país.

Posteriormente, o fator da imigração contribuiu para o progresso econômico promovendo condições mais adequadas para a propagação de uma instrução voltada à mão de obra qualificada naquela região, e com isso, provocando a precariedade da educação popular em outras localidades. (PAIVA, 1973).

Nesse sentido, instrução destinada aos libertos após o fim da escravidão e as aulas noturnas na província de Alagoas foram consideradas pelo então presidente Carneiro da Cunha ainda em 1872. Ele defendia a importância de aulas noturnas para aquela localidade com o objetivo de atender essa demanda da população após a abolição da escravatura, a qual, mediante toda campanha abolicionista que se espalhava pelo país, estava próxima de acontecer. Desse modo, percebe-se na citação abaixo como essas ideias perpassaram a agenda política de Silvino Elvídio Carneiro da Cunha:

As **aulas noturnas** por toda parte têm produzido tão benéficos resultados, que dispense-me d’encarecer-vos tão importante melhoramento. Ellas têm até sido inauguradas com entusiasmo. Com efeito, **esta generosa idéa virá preencher uma grande lacuna no ensino primário**, e principalmente depois da **reforma do estado servil**. (PROVÍNCIA DAS ALAGOAS, Relatório, 1872, p. 23. Grifos meus).

Na fala do presidente observa-se que a educação noturna não era considerada como um direito, mas como um favor ou ato de caridade dos seus idealizadores. A reforma da qual ele se referiu era a Lei do Ventre Livre promulgada em 28 de setembro de 1871, na qual declarava livres todos os filhos de escravos nascidos a partir daquela data. Proposta pelo gabinete conservador do Visconde do Rio Branco esta lei, antes de ser aprovada na Câmara e no Senado, foi alvo de debates entre os partidos Conservador e Liberal.

A Lei do Ventre Livre foi o meio encontrado pelo Império em agradar os abolicionistas e garantir segurança aos proprietários de escravos por pelo menos uma geração. O fato é que haveria uma demanda de libertos sem instrução e as aulas noturnas adentrariam como opção para essa parcela da população associada ao processo de civilização dessas pessoas.

Carneiro da Cunha afirmou que os órgãos de imprensa divulgaram essas notícias a fim de propagar suas ações diante da Lei do Ventre Livre:

Tenho a satisfação de comunicar-vos (e será esta a chave do presente artigo) que a província de Alagoas, **acompanhando o sentimento geral do paiz acerca da civilisadora lei da emancipação do estado servil**, manifestou-se pelos órgãos da imprensa, por algumas de suas primeiras corporações, e diversos funcionarios públicos, de modo superior á todo elogio. (PROVÍNCIA DAS ALAGOAS, Relatório, 1872, p.7. Grifos meus).

Essa citação demonstra o reflexo das ideias sobre o fim da escravidão que circulava entre a elite e entre as pessoas que integravam grupos de movimentos abolicionistas. Nesse contexto, parte da elite paraibana, alagoana e de qualquer outra província do país, possuía um ideário emancipacionista. Afinal, muitos proprietários alforriaram seus escravizados e os jornais noticiaram citando nomes tanto dos senhores quanto dos escravos. (SILVA, 2016).

A postura de Carneiro da Cunha evidenciava o paradoxo da sociedade escravagista do século XIX que esbarrava na relação entre o fim da escravidão, os ideias liberais e as razões morais, religiosas e humanitárias, como expostas na citação a seguir:

A lei n. 2.040 de 28 de Setembro do anno próximo passado, satisfazendo á uma das vivas e ardentes aspirações do paiz, já em relação aos sentimentos elevados e generosos dos brasileiros, e já em relação ao espirito do século, **que não tolera a perpetuidade da escravidão** á par do christianismo, vein pôr em contribuição a prudencia e sabedoria do governo, a abnegação e patriotismo do paiz. **A prudencia e sabedoria do governo; porque é preciso não despertar de qualquer modo da parte dos escravos outros sentimentos, que não sejam de muito amor e de muita obediência á seus senhores.** A abnegação e patriotismo do paiz; porque é preciso que de qualquer modo não seja perturbada a obra muito gloriosa da **regeneração social**, embaraçando-se os seus benéficos effeitos. Sendo a idéa capital desta lei a emancipação do ventre, **as vistas do governo e do paiz devem volver-se para a geração nascente, preparando-lhe estabelecimentos**

d'educação. (PROVÍNCIA DAS ALAGOAS, Relatório, 1872, p.5. Grifos meus).

Fica claro o apelo religioso na crítica à escravidão e de fato houve libertações coletivas e individuais, sobretudo na década de 1880, sendo estes atos sempre noticiados nos periódicos, tanto liberais quanto conservadores. (SILVA, 2016).

No caso da província da Parahyba do Norte observamos os jornais felicitando os senhores que concediam cartas de alforria aos seus escravizados. Em fevereiro de 1885, o então presidente da província, Antônio Sabino do Monte, visitou à Vila de Independência, atual cidade de Guarabira e os jornais relataram muitos senhores que, naquela ocasião da visita do presidente, concederam cartas de alforria:

O nosso ilustre correligionário abolicionista e estimável amigo Dr. Amaro Beltrão, para solenizar a visita do Exm. Sr. Dr. Monte concedeu carta de liberdade sem ônus algum, a três de seus melhores escravos, passando incontinentemente as notas do tabelião público aquele humanitário ato. O digno juiz de direito da comarca Manoel da Fonseca, inspirado nos sentimentos filantrópicos de seu belo caráter de abolicionista, libertou dez de seus escravos com isenção de condições cujas cartas tomou em notas o tabelião. O sr. Tenente coronel José Maria da Cruz Marques, libertou também nessa ocasião dois escravos sem condição alguma apenas guiado pela nobreza d'alma que possui. O sr. Capitão Manoel Laurentino Pereira de Lyra em ato contínuo, manumitiu nas mesmas condições dois escravos João e Marcolino. **O exm. Sr. Comendador Silvino Elvidio Carneiro da Cunha imitando aqueles cavalheiros comprometeu-se solenemente a libertar logo que chegasse a capital sua escrava Januária** (DIÁRIO DA PARAHYBA, 10 de Fevereiro de 1885. Grifos meus).

O trecho do jornal acima citado aponta lideranças políticas e militares que concederam as alforrias aos seus escravizados, Certamente, isso ocorreu em meio a uma cerimônia política para recepcionar o então presidente Antônio Monte. Entre as pessoas que concederam as cartas de alforria havia Silvino Elvídio Carneiro da Cunha, que, nesse período não era mais presidente de província, mas como homem público que fazia parte de uma elite política e intelectual fazia-se presente nas cerimônias públicas e festas sociais da província paraibana.

Na notícia publicada pelo periódico acima citado, Carneiro da Cunha tinha se comprometido em também alforriar uma escrava. Com isso, pode-se inferir os interesses políticos por trás dos atos tidos como filantrópicos e humanitários recorrentes naquele período.

Conforme o censo de 1872, um dado importante a destacar é que havia 61 pessoas escravizadas que sabiam ler, esse número é pequeno em relação ao total da população escravizada da província, no entanto o número de pessoas livres que sabiam ler era bem reduzido. Esses dados sobre a instrução e a população alfabetizada auxiliam a pensar na atuação

de pessoas escravizadas e alfabetizadas em uma sociedade analfabeta e escravagista. (SILVA, 2016).

De todo modo, entende-se esses dados como um indicativo de que pessoas escravizadas construam táticas para sua instrução e alfabetização, apesar de leis que proibiam a escolarização dessas pessoas. Pelo menos, no que se refere à instrução dos filhos desses escravizados, entende-se que locais como os que foram pensados por Carneiro da Cunha para educação dos libertos do Ventre Livre, seriam uma das estratégias utilizadas para a instrução dessa população.

Compenetrado deste elevado pensamento, e interpretando fielmente as vistas magnanimas do Governo Imperial, tomei a resolução de reunir no dia 2 de Dezembro proximo findo neste paço o maior numero de **cidadãos de todas as opiniões políticas**, afim de, entre outros nobres commettimentos, despertal-os no da **construção de asylos apropriados á criação e educação dos libertos da nova lei**. Para isto nomeei uma comissão de cinco membros em cada comarca, encarregada de organizar a respectiva associação, que deverá conter um **duplo fim: Emancipação dos escravos, criação e educação dos libertos**. (PROVÍNCIA DAS ALAGOAS, Relatório, 1872, p.5. Grifos meus).

Na província de Alagoas o projeto de instrução e de emancipação dos nascidos do ventre escravo tinha por base a construção de um espaço específico para instrução contando com uma comissão formada por membros de cada comarca alagoana no intuito de criar estes estabelecimentos para instruir as crianças nascidas livres. Contando com o apoio do Governo Imperial, Carneiro da Cunha apela para a Assembleia Provincial a fim de conseguir recursos financeiros para prosseguir com seu projeto:

Conquanto o Governo Imperial esteja prompto á prestar o **máximo auxilio á associações desta ordem**, parece-me que **a Assembléa Provincial não pôde ser indifferente á semelhante movimento**. Assim, pois, espero e conto que esta corporação, dando mais uma prova de seu patriotismo e dedicação pela causa publica, **autorisará a presidencia á despender até a quantia de 20:000\$000 rs. com a emancipação e construção d'asylos para a criação e educação dos libertos pela nova lei**. (PROVÍNCIA DAS ALAGOAS, Relatório, 1872, p.7. Grifos meus.).

Em relação ao posicionamento a favor da emancipação desses libertos e o fim do trabalho escravo é interessante considerar que Carneiro da Cunha era um monarquista e representante do partido conservador. Sua atuação, nesse sentido, esteve vinculada à ideia de que a instrução era o instrumento por meio do qual se alcançaria a civilidade e o progresso.

Do mesmo modo, as elites econômicas agrárias, formada em grande parte por senhores de terra, estava ciente do fato de que o modelo escravocrata era uma instituição condenada,

sendo assim, necessária a adequação aos novos rumos que a nação ia tomando. (COSTA, 2017).

Desta forma, considerando a conjuntura da sociedade e a defesa de Silvino Elvídio Carneiro da Cunha por uma instrução destinada aos filhos dos escravizados, a importância das aulas noturnas nesse contexto se insere como uma alternativa de instrução para camadas da população que se encontravam a margem do ideal educacional e de civilização almejados nesse período do século XIX, no caso alagoano pensando os filhos dos escravizados após a lei do ventre livre e posterior abolição, e, no caso paraibano, aos pobres livres, adultos ou crianças.

Portanto, pode-se pensar a instrução e educação popular como meios geradores de progresso e modernidade juntamente com outros temas discutidos nesse importante período de transição, de mudanças políticas, econômicas, sociais e de regime, em que se encontrava o País como um todo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate sobre a escolarização da população pobre tornou-se tema fundamental no discurso das elites intelectual e política do País durante o século XIX pensada como fator civilizatório. Era através da escolarização de uma educação dita popular que o Brasil seria capaz de alcançar o patamar de nação civilizada, visando o processo de consolidação do Estado Nacional.

Assim, o processo de escolarização da população pobre, adulta ou de crianças desvalidas foi muito valorizado pelas elites como forma de retirar o país do atraso no qual se encontrava. A crença no desenvolvimento e progresso a partir da educação popular dessa população tomou conta do pensamento pedagógico na segunda metade do século XIX no Brasil.

No breve recorte desse artigo, situado na segunda metade do XIX - século este que institui praticamente todas as questões que, posteriormente, foi legada ao XX, e que criou-se uma narrativa de negação ao passado – pôde-se perceber que as ideias de progresso, civilidade e modernidade ganharam destaque nos discursos políticos.

Isso se deu porque a educação era, naquele momento, uma das expressões do desenvolvimento nacional, capaz, do ponto de vista de muitos, de consolidar a formação da nacionalidade, industrialização entre outros empreendimentos considerados imprescindíveis ao avanço ou a inserção do Brasil na modernidade.



Por fim, discutiu-se que a partir da década de 1870, o país foi caracterizado por mudanças em diversos setores como econômico, político, social e educacional provocadas pela necessidade da construção do Estado nacional e, com isso, intensificaram-se os debates em torno da escolarização do povo, sobretudo pelas aulas noturnas voltadas para uma população pobre e desvalida.

## REFERÊNCIAS

ANANIAS, Mauricéia. A organização da instrução pública primária: província da Parahyba do Norte (1849 – 1864). In: **Anais do VIII Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação**. São Luís, 2010.

ANANIAS, Mauricéia; SILVA, Adriana Maria Paulo da; Educação e Instrução nas Províncias da Paraíba e Pernambuco. In: GONDRA, José Gonçalves; SCHNEIDER, Omar (Orgs.). **Educação e Instrução nas províncias e na corte imperial (Brasil, 1822 – 1889)**. Col.Horizontes da pesquisa em história da educação no Brasil. Sociedade Brasileira de História da Educação-UFES, Vitória, EDUFES, 2011.

ARAÚJO, Rose Mary de Souza. A instrução pública primária e a formação de professores na Parahyba do Norte(1837-1883). In: COSTA, Jean Carlo de Carvalho, ANANIAS, Mauricéia, ARAÚJO, Rose Mary de Souza (orgs.)**Temas sobre a instrução no Brasil Imperial (1822-1889)** - Volume II / João Pessoa: Marca de Fantasia, 2014.

COSTA, Ana Luiza. **À luz das lamparinas. As escolas noturnas para trabalhadores no município da Corte (1860-1889)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2007.

COSTA, Suênya do Nascimento. **As ideias educacionais e políticas de Silvino Elvídio Carneiro da Cunha na província da Parahyba do Norte (1874 - 1876)** – Dissertação de Mestrado. (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

BEZERRA; FERREIRA; KULESZA. **Livro do aluno e do professor: Manuais técnicos no ensino profissional**. Anais do V Congresso Brasileiro de História da Educação: o ensino e a pesquisa em história da educação. Aracaju, 2008.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. O império das províncias. Rio de Janeiro, 1822-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MARIANO, Serioja Rodrigues. “Não aceitei a presidência para ligar-me a partidos”: Cultura política e administração na província da Paraíba nos anos de 1840. In: CURY; GALVES; FARIA (Orgs.) **O Império do Brasil: Educação, impressos e confrontos sociopolíticos**. São Luís: Café e lápis, editora UEMA, 2015.

MARIANO, Nayana Rodrigues Cordeiro. **Educação pela higiene: a invenção de um modelo hígido de educação escolar primária na Parahyba do Norte (1849- 1886)**. João Pessoa, Editora Ideia, 2015

MELLO, José Baptista de. **Evolução do Ensino na Paraíba**. 2ª edição, Imprensa Oficial, João Pessoa, 1956. [1936].

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação Popular e Educação de Adultos: Contribuição à história da educação brasileira.** Edições Loyola, São Paulo, 1973.

ROCHA, Solange Pereira da. **Gente negra na Paraíba Oitocentista: população, família e parentesco espiritual.** São Paulo: Editora UNESP, 2009.

SÁ, Ariane Norma de Menezes. **Escravos, livres e insurgentes – Parahyba (1850-1888).** João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2005.

SILVA, Lucian Souza da. **Nada mais sublime que a liberdade: O processo de abolição da escravidão na Parahyba do Norte (1870-1888).** Dissertação de Mestrado, PPGH, UFPB, 2016.

VEIGA, Cynthia Greice. **História e historiografia da educação no Brasil.** Belo Horizonte: Autentica, 2008.

## FONTES

- **Jornais**

*Diário da Parahyba*, 10 de Fevereiro de 1885.

- **Documentos oficiais, relatórios, legislação.**

ALAGOAS, Província das. **Relatório Provincial.** Relatório lido perante a Assembléa Legislativa da Provincia das Alagoas no acto de sua installação em 7 de fevereiro de 1872 pelo Presidente Da Mesma, O Exm. Snr. Dr. Silvino Elvídio Carneiro Da Cunha. Maceió, Typ. Commercial De A.J. Da Costa, 1872. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/40/>. Acesso em: 10/09/2019

PARAHYBA DO NORTE, Província da. **Relatório Provincial.** Relatório apresentado á Assembleia Legislativa da província da Parahyba do Norte em 7 de agosto de 1874 pelo presidente, exm. sr.dr. Silvino Elvídio Carneiro da Cunha. Parahyba, Typ. do Jornal da Parahyba, 1874. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/601/> Acesso em 12/09/2019.

PARAHYBA DO NORTE, Província da. **Falla** dirigida á Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo Exm. Sr. 3.º Vice-Presidente da Província, Dr. José Evaristo da Cruz Gouvêa em 16 de Outubro de 1871. Parahyba, Typ. Conservadora, 1871. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/about-project>. Acesso em: 18/09/2019.

PARAHYBA DO NORTE, Província da. **Relatório Provincial.** Relatório apresentado á Assembleia Legislativa da província da Parahyba do Norte em 9 de outubro de 1875 pelo presidente, exm. sr.dr. Silvino Elvidio Carneiro da Cunha. Parahyba, Typ. do Jornal da Parahyba, 1875. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/602/000001.html> . Acesso em 12/09/2019.

PINHEIRO. Antônio Carlos Ferreira; CURY, Cláudia Engler (org.). **Leis e Regulamentos da instrução pública no período imperial.** Coleção Documentos da Educação Brasileira Dados eletrônicos- Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004.